

RESENHA

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

Sabores e saberes dos arquivos

José Maria Jardim

Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
jardimbr@gmail.com

Após 20 anos de publicação na França, chegou finalmente ao Brasil uma instigante obra sobre a produção do conhecimento historiográfico. Trata-se de “O sabor do arquivo”, editado em 2009 pela Editora da Universidade de São Paulo. Sua autora, a historiadora francesa Arlette Farge, é diretora de pesquisa do Centre national de la recherche scientifique (CNRS), especializada em estudos sobre a França do século XVIII. Sua obra contempla em especial os comportamentos e identidades das classes populares nesse período, as relações entre homens e mulheres e a escrita da História.

Farge é uma pesquisadora com profundo conhecimento dos arquivos, sobretudo daqueles gerenciados pela Biblioteca do Arsenal, setor da Biblioteca Nacional da França. Entre outros arquivos e coleções, a Biblioteca do Arsenal custodia os Arquivos da Bastilha que incluem os processos de prisioneiros, arquivos da Polícia de Paris, documentos privados dos agentes da Bastilha, etc. Como resultado do seu trabalho sobre este acervo, Farge publicou em 1982 com Michel Foucault “Le désordre dès familles : les lettres de cachet des archives de la Bastille”¹, uma instigante obra que ofereceu novas possibilidades de interpretação das relações de poder na França do século XVIII.

A rica vivência de Farge nos arquivos judiciários da Biblioteca do Arsenal (mas também no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional) é objeto de uma cuidadosa reflexão sobre os encontros e desencontros entre o historiador e os arquivos no intento da escrita da história. Como tal, “O sabor do arquivo” é também uma narrativa sobre a natureza dos arquivos do ponto de vista de um dos seus usuários mais frequentes e emblemáticos: o historiador. Vale lembrar que um outro olhar do historiador sobre o universo dos arquivos na França será exercitado posteriormente por Sonia Combe, autora de “Archives interdites - L'histoire confisquée”², obra a merecer a atenção dos arquivistas.

O refinado sabor do arquivo identificado por Farge destina-se especialmente a um leitor: o historiador. Entre o relato quase etnográfico da sua aventura no arquivo e o mergulho nos desafios metodológicos do quê e como indagar as fontes arquivísticas,

¹ FARGE, Arlette, FOUCAULT, Michel. *Le désordre dès familles : les lettres de cachet des archives de la Bastille*. Paris: Gallimard, 1982.

² COMBE, Sonia. *Archives interdites: les peurs françaises face à l'histoire contemporaine*. Paris: Albin Michel, 1994.

Farge exerce seu paladar em várias direções. Os arquivos são vestígios e lugares: “verão ou inverno, é sempre gelado...”(p.9). São singulares e complexos, na razão direta em que são saboreados. É preciso desvendá-los em sua materialidade como um mar no qual se mergulha e onde o afogamento pode ocorrer. A definição científica de “fundos de arquivos”, ressalta Farge, “felizmente não esgota nem seus mistérios nem sua profundidade” (p.12).

O arquivista faz parte do cenário descrito, mas não é evidenciado como sujeito dos diálogos propostos por Farge. A mensuração do arquivo em metros lineares, uma das ações do arquivista, é interpretada como “um jeito astucioso de domá-lo que já sinaliza a utopia presente na vontade de um dia apossar-se dele exaustivamente”. A uma certa voracidade arquivística, corresponderia o delicado sabor identificado por Farge, talvez possível apenas aos historiadores?

O cotidiano da pesquisa do historiador no arquivo é apresentado como uma dimensão da construção do seu sabor. Portanto, aí estão presentes a relação da instituição custodiadora do arquivo com seus usuários, o painel nada amistoso com os horários na porta de entrada, o aspecto majestoso do edifício e a luta pelos melhores lugares na sala de consultas. Como não poderia deixar de ser, é também reconhecido o silêncio dos arquivos, “ muito mais violento que qualquer algazarra de pátio de escola... ” (p.53). Nesse ambiente nem sempre amigável, “o conhecimento e a incerteza misturados se ordenam em uma ritualização exigente onde a cor das fichas, a austeridade dos arquivistas e o cheiro dos manuscritos servem de balizas para um mundo iniciático” (p.55). A “sepulcral” sala dos inventários é vivenciada sob os olhos de um “arquivista impassível” ou da arquivista, “uma rainha barroca com joias pesadas e vestidos com grandes flores”, que “faz soprar na sala um vento de maré de equinócio” (p.115).

Como usuária frequente do arquivo, Farge compreende os benefícios da reprodução de documentos para a conservação, mas lamenta as limitações impostas pelo microfilme ao pesquisador: “esses sistemas de reprodução do arquivo permitem evidentemente outras maneiras fecundas de colocar questões aos textos, mas farão com que alguns esqueçam a abordagem tátil e imediata do material, essa sensação preensível do passado” (p.22).

O sabor (saber?) do arquivo pelo historiador – “uma errância por meio das palavras de outro” (p.119) - é uma construção com marchas e contramarchas, a exigir um interrogar constante aos seus documentos: “depois do prazer físico da descoberta do vestígio vem a dúvida mesclada à impotência de não saber o que fazer dele” (p.18).

Ao mencionar os “gestos de coleta” do historiador no arquivo, “observatório social”, Farge desvia-se sabiamente da tentação prescritiva e normativa: “Não existe trabalho modelo ou ‘trabalho-a-ser-feito-assim-e-não-de-outra forma’”(p.64). A autora oferece ao leitor variadas percepções sobre posturas metodológicas na abordagem dos documentos. Abre-se então um leque de possibilidades cujas escolhas implicam diretamente na qualidade da escrita da história: das operações mais simples à paciência na leitura do manuscrito (“... ao realizá-las, fabrica-se um objeto novo, constitui-se outra forma de saber, escreve-se um novo ‘arquivo’”, p.64); da coleta e classificação dos dados existentes ao cuidado com as “armadilhas e tentações” que derivam do “estar absorvido pelo arquivo a ponto de nem saber mais interrogá-lo” (p.71).

No fragmentado universo do arquivo judiciário, é preciso “captar as falas” e reconhecer, muitas vezes no singular e no que parece imperceptível, “o acontecimento em história”. Isso requer dar-se conta que o arquivo “oferece rostos e sofrimentos, emoções e poderes criados para controlá-los” (p.94). Como tal, o historiador é convidado “a manter-se longe do arquivo-reflexo onde se colhem apenas informações e do arquivo-prova que conclui demonstrações, como se esgotasse de uma vez por todas o material” (p.118).

As representações sobre os arquivos, forjadas pela autora para exercitar um sabor que lhe é tão caro, oferecem ao arquivista várias indagações sobre as situações em que o arquivo não é o seu objeto de intervenção, mas sim do pesquisador. Evidentemente, obras como “O sabor do arquivo” não substituem o conhecimento arquivístico derivado dos estudos de usos e usuários dos arquivos, mas os complementam porque permitem ao arquivista questionar várias dimensões, não apenas do ofício do historiador, mas também do seu. Sugere, no mínimo, indagações sobre as relações entre o arquivista e o historiador, os olhares de ambos sobre o arquivos, suas representações mútuas e meios de fomentar, sustentar e eventualmente desbloquear diálogos incontornáveis.

“O sabor do arquivo” e outras obras semelhantes não miram a Arquivologia, mas merecem uma abordagem interdisciplinar por parte do arquivista. Exigem do arquivista posicionar-se como sujeito que opera um processo intelectual complexo – em permanente diálogo com os usuários - sem o qual talvez não existam arquivos de nenhum sabor a serem degustados.